

APROVADA EM 1<sup>a</sup> VOTAÇÃO  
Em, 30/04/2024 às 18:00 horas.

  
Presidente



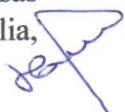
ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS  
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

ATA DA 19<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DO 7º PERÍODO DA 18<sup>a</sup> LEGISLATURA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE  
2024.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro, com início às dezoito horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelo Vereador Emanuel Rodrigues de Araújo, 1º Secretário. Compareceram a esta sessão os Vereadores e Vereadoras: David Carneiro Maia (REDE), Decilânio Cândido da Silva (REPUBLICANOS), Emanuel Rodrigues de Araújo (REDE), Francisco de Sales Mendes Junior (REPUBLICANOS/Líder do Governo), Jamerson Ferreira de Almeida Monteiro (MDB), João Carlos Patrian Junior (MDB), José Gonçalves da Silva Filho (PC DO B), José Italo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Josmá Oliveira da Nóbrega (MDB), Severino Fernandes Filho (REPUBLICANOS), Maria de Fátima Medeiros de Maria Fernandes (REPUBLICANOS) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS), em um total de 12 (doze) Vereadores. Os Vereadores e Vereadoras: Cicera Bezerra Leite Batista (PSB), Fernando Rodrigues Batista (PSB), Marco César Sousa Siqueira (PSB), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS) e Willami Alves de Lucena (PSB) não compareceram à presente Sessão, cujas ausências foram justificadas. Fizeram inscrição para o uso da tribuna, durante o Grande Expediente, os Vereadores: José Gonçalves da Silva Filho, Francisco de Sales Mendes Junior e Josmá Oliveira da Nóbrega, nesta ordem. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: "Havendo número regimental, invocando a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos." Em seguida, a Senhora Presidente passou ao PEQUENO EXPEDIENTE. Com a palavra, o 1º Secretário fez a leitura das matérias em pauta, iniciando pela Ata da 18<sup>a</sup> Sessão Ordinária do 7º Período da 18<sup>a</sup> Legislatura da Câmara Municipal de Patos, realizada no dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Deram entrada em pauta, para 1<sup>a</sup> votação, os Projetos de Lei: PL Nº 15/2024-PE e o PL Nº 16/2024-PE. Deram entrada em pauta para votação, os seguintes Requerimentos: REQUERIMENTO Nº 517/2024 – SOLICITO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO, O CONSERTO DE TAPA BURACOS NA RUA FELIZARDO LEITE, PRÓXIMO A PRAÇA ZÉ CARIRI, LIBERDADE, EM NOSSA CIDADE. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. REQUERIMENTO Nº 518/2024 – SOLICITO AO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE PATOS, DESOBSTRUÇÃO NA RUA

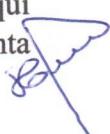


FELIZARDO LEITE COM A RUA PAULO LEITE, NO BAIRRO DA LIBERDADE, EM NOSSA CIDADE. Autora: Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes. REQUERIMENTO Nº 519/2024 – SOLICITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS-PB, EM CONJUNTO COM AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, UMA FORÇA TAREFA COM URGÊNCIA PARA O CONJUNTO HABITACIONAL ITATIUNGA, UMA REVITALIZAÇÃO NESTA LOCALIDADE SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO OS INÚMEROS PROBLEMAS EXISTENTES. Autor: Vereador Fernando Rodrigues Batista. REQUERIMENTO Nº 520/2024 – REQUEIRO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, VTO DE PESAR AO 2º SARGENTO DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA, FRANCISCO TADEU DA SILVA. Autor: Vereador João Carlos Patrian Junior. REQUERIMENTO Nº 521/2024 – SOLICITO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE PATOS-PB, SERVIÇOS DE CAPINA PARA A RUA RANIÈRE MAZILE, CRUZAMENTO COM A ENALDO TORRES, PRÓXIMO A UBS ADERBAN MARTINS. Autora: Vereador Fernando Rodrigues Batista. “PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS. Patos-PB, 24 de abril de 2024. Ofício nº 128/2024 – GABINETE DO PREFEITO. Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara do Município de Patos/PB Valtide Paulino Santos. ASSUNTO: Encaminha – Declaração. Senhora Presidente, Ao tempo que renovo os votos de apreço, venho por meio deste, encaminhar a Declaração de comprovação junto à Caixa Econômica Federal, bem como o Plano de Sustentabilidade, referentes ao projeto de pavimentação do município de Patos/PB, que será realizado através do Contrato de Repasse nº 108733-35/2023, do Ministério das Cidades. No mais, informo que a referida Declaração atesta que o município possui condições orçamentárias para arcar com as despesas e meios que garantam o pleno funcionamento do objeto, incluindo sua operação e manutenção (Lei nº 14.116, art. 83, § 2º). Sem mais para o presente momento, renovo os votos de estima e consideração. Atenciosamente, Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional.” A Senhora Presidente passou ao GRANDE EXPEDIENTE. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o **Vereador José Gonçalves da Silva Filho**: “Boa noite a todos os companheiros e companheiras. Saudar a todos os Vereadores e Vereadoras presentes aqui, em nome da Presidente Tide Eduardo. Saudar os companheiros e companheiras que estão no auditório, saudar a imprensa de Patos, saudar aos trabalhadores e trabalhadoras, saudar ao povo de Patos. Inicialmente, eu trago aqui uma proposta concreta para a Prefeitura Municipal de Patos no tocante as condições de nossas comunidades, porque não vale a pena está fazendo requerimento para bairro A, B e C, se, no entanto, a Prefeitura e as secretarias têm um planejamento adequado para resolver essa triste situação, o matagal, a buraqueira está tomando de conta, e a gente não pode esperar o inverno passar, tem que ir resolvendo de imediato aqui na cidade. Na zona rural as estradas também estão em péssimas condições, mas vai necessitar da recuperação, mas eu acredito que a secretaria responsável fará isso. Agora aqui em Patos vocês imaginam as condições dos moradores e moradoras do Alto da Tobiba, as condições dos moradores e moradoras das Sete Casas, as condições dos moradores e moradoras do Bivar Olinto, da Vila Teimosa, do Geralda Medeiros, da Morada do Sol, a triste situação dos moradores e moradoras do Residencial Itatiunga, que são mais de setecentas famílias que moram ali e não têm nem como entrar no Loteamento e nem no próprio Conjunto Residencial, pois a buraqueira, escuridão, o matagal está tomando de conta, então precisa uma ação urgente. E existem outras comunidades também que estão enfrentando essas dificuldades no tocante a buraqueira e o matagal, o Jardim Colonial, o Jardim Magnólia,

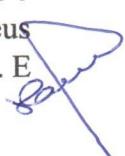


o Bairro dos Estados, a situação é extremamente crítica. Lá no Noé Trajano há dificuldade, no Novo Horizonte, e isso precisa de uma atitude urgente por parte da gestão municipal. Sem esquecer a situação do Bairro da Vitória, do São Sebastião, da Vila Cavalcanti, aquele esgotão a céu aberto vem realmente prejudicando aquela comunidade. Já na área do Morro, nós temos o canal do Morro, a buraqueira e o matagal tomando de conta do Zé Mariz, do Santo Clara, no Morro, na Liberdade, que são bairros que estão enfrentando essas dificuldades. Citando, além disso, a Rua do Meio, no Bairro da Liberdade, onde moradores e moradoras enfrentam enormes dificuldades. Tem também a situação da Maternidade, do Jardim Guanabara, que também são preocupantes no nosso Município. Então, fazer aqui um apelo, porque não vale a pena fazer o Patos Pra Frente, que atende aquela comunidade, e muitas vezes o pessoal não está querendo nem pintar as unhas, na verdade, quer resolver um problema imediato da sua comunidade. Então, quando o Patos Pra Frente vai para determinada localidade, o que o povo espera é que o matagal seja resolvido, que o lixo seja retirado, que seja assegurada a iluminação pública, que sejam realmente atendidas as demandas de toda comunidade, mas aqui em Patos não, o Patos Pra Frente chega, passa o dia, mas, em seguida, o pessoal enfrenta as mesmas dificuldades, basta citar esse último que aconteceu lá no São Judas Tadeu I e II, que são muitas dificuldades ali para aquele moradores e moradoras. Inclusive, a iluminação do São Judas, colocaram uma lâmpada em um poste e poste não. Quer dizer, de toda maneira mantém a escuridão. É interessante, deveria fazer a mesma coisa no centro da cidade. No centro, você encontra tudo na Praça João Pessoa, então, por que as coisas também não acontecem para as pessoas pobres, trabalhadoras, que moram nos bairros mais distantes do centro? Já não tem transporte coletivo aqui em Patos, quem não tem dinheiro não tem táxi nem mototáxi, não tem Uber, vai ter de ir a pé ou de bicicleta. Então, tem que está tudo claro pra que se evite ataques por parte dos marginais, especialmente as mulheres, que são as maiores vítimas. E ali tem muita gente, são oitocentos e cinquenta e seis famílias que estão morando ali. Chamo a atenção aqui da situação da serra do Teixeira, na serra do Teixeira são acidentes e mais acidentes, com vítimas fatais, como aconteceu essa semana, onde mais um trabalhador perdeu a vida. E é importante que, mais uma vez, seja feita essa mobilização, que, inclusive, aqui na Câmara Municipal eu apresentei um requerimento, em seguida o Vereador Ferré também um requerimento, vendo a questão da construção da estrada pra evitar descer e subir a serra, as coisas aconteceram, foram feitos os atos, mas a gente não ver uma coisa concreta no tocante a construção dessa nova estrada. Inclusive, o governador se comprometeu, mas nós não sabemos qual situação se encontra. Agora, a preocupação nossa é com os cuidados na serra do Teixeira, as pedras estão no meio do asfalto e barreiras arriando. Tem que ter uma equipe permanente naquele setor. A questão da sinalização, um acidente desses quebrou placa ou alguma coisa, prejudicou a sinalização, imediatamente verificar isso aí. Eu tenho toda certeza aqui, eu já andei muito nesse país, uma serra igual à do Teixeira não merece a desgraça da sinalização que tem lá não. Chovendo ali, você não ver nada; as placas, o capim tomam de conta, as pedras no acostamento, e a sinalização é uma das piores, das piores. Santa Luzia, que é menos complicado a situação do que Teixeira, tem sinalização, aqui não tem. Então é uma situação que eu chamo aqui, mais uma vez, das ditas autoridades públicas. Hoje tem a discussão aqui do Projeto do IPTU premiado, inclusive, Presidente Tide, esses dois Projeto foram lidos terça-feira e já vieram hoje para votação, foi pra comissão ontem, e a gente quiser apresentar alguma emenda, não tem como, porque a gente só ver no Diário Oficial. Tem esse aqui: Regulamentação do funcionamento dos espaços do trabalho compartilhado, isso é importante, porque, de cara, aqui eu estou vendo que é

mais uma facada nos empresários, mas a gente não tem conhecimento. Eu estou sugerindo apresentar uma proposta de mudança desse Regimento Interno, porque essa reunião das comissões na quarta-feira mata a sessão da terça, mata, já matou. Aí se você tem essas comissões funcionando na segunda-feira, esta Câmara produz terça e quinta, está resolvido. Mas o que acontece? Tem reunião das comissões na quarta-feira, e vai votar na quinta, não tem espaço; se atrasar, vai pra outra semana. Então, eu sugiro que a Mesa Diretora da Câmara aprove essa mudança, pelo menos, alterando essa reunião das comissões pra gente progredir mais aqui, avançar mais, porque a gente só faz alguma coisa aqui na quinta-feira, e muitas vezes na quinta não tem o que fazer, como hoje. Essa questão do IPTU premiado, eu concordo plenamente, não tenho nenhuma divergência, porque se é pra melhorar a vida do povo, que venha. Agora, esse prêmio deveria ser mudado, de que maneira? Tem o orçamento democrático participativo aqui em Patos, não é esse orçamento, que é feito que é só ajuntamento de pessoas, e mais nada. Tem que ir pra comunidade ouvir as demandas, saber as demandas do povo. E o IPTU premiado poderia ser da seguinte maneira: pagou o IPTU dessa rua aqui, nós vamos reverter em calçamento. Como está o IPTU de vocês, vamos lá, pessoal, vamos fazer um acordo aqui: todo mundo pague o IPTU pra gente resolver essa demanda aqui. Qual é a demanda no Poço Comprido, onde era o antigo bar do papelão, o Décio visita muito lá, e já apresentamos diversos requerimentos, e desde dois mil e dezenove que não resolveram o problema da água lá. São questões que a gente poderia focar, e o prêmio, ao invés de ser moto, carro, abatimento, seria o trabalho pra essas comunidades. Eu fico aqui pensando, no Bairro Matadouro faz o asfalto, mas não chega o calçamento. Tem asfalto pra nós vereadores ir lá de carro, agora o povo está na lama no Bairro Matadouro, e são quatro ruas ali. Inclusive, um dia, faz muito tempo, Vereador Sales, eu disse: Nabor, aquela situação do Matadouro, por que não resolve? Ele disse: 'o Deputado Hugo Motta apresentou recursos, e vai sair, no Matadouro vai ser tudo resolvido'. Isso já faz uns seis anos. Mas não foi. E é triste você ver o povo na lama, mas faz o asfalto. O asfalto chega primeiro do que o calçamento, e olha que o Matadouro é uma comunidade antiga. Então, eu trago aqui essa preocupação, esse IPTU premiado poderia muito bem fazer esse trabalho. E quem acompanhava? Seria a secretaria responsável pelo orçamento e também as outras secretarias pra dar esse apoio. Poderia realmente definir tudo isso, poderia ser trabalhado dessa maneira. Na próxima segunda-feira nós estaremos realizando aqui uma Audiência Pública, às dezoito horas, pra discutir a greve dos trabalhadores e trabalhadoras da educação federal do IFPB e da UFCG aqui em Patos. É importante essa discussão, nós vamos fazer essa discussão aqui, envolvendo os sindicatos, os trabalhadores e trabalhadoras, as demandas, o que foi atendido, o que não foi atendido, porque esse percentual de 32% (trinta e dois por cento) e 22% (por cento) de perda salarial, porque chegou a esse percentual, o que o governo está oferecendo, o que não está e fazer a luta. Já na terça-feira, nós teremos também aqui na sessão, nós estamos convidando aqui os trabalhadores e trabalhadoras, até porque na quarta-feira é dia primeiro de maio, dia internacional dos trabalhadores e trabalhadoras, e a gente está chamando também representantes de entidades pra que possam participar dessa sessão da próxima terça-feira aqui no município. Quero aqui também destacar na noite de hoje, as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da zona rural. Primeiro, agilizar a iluminação pública na zona rural, porque só um dia que foi destinado está sendo pouco até atingir todas, em torno de trinta comunidades, realmente vai demorar bastante, vai precisar de trinta sextas-feiras, aí não dar. Então agilizar esse trabalho de iluminação pública na zona rural aqui do nosso município. Também a nossa preocupação em relação ao Distrito de Santa



Gertrudes, as obras que não foram concluídas. Os companheiros do Conjunto Novo sendo prejudicados, o lamaçal tomando de conta, inclusive, de uns trechos do Distrito até a essas casas e, mais uma vez, nós estamos recebendo essa cobrança por parte dos moradores e moradoras do Distrito de Santa Gertrudes, no tocante a matagal, a buraqueira e a conclusão do calçamento no referido Distrito.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Francisco de Sales Mendes Júnior**: “Senhora Presidente Vereadora Tide, em nome de Vossa Excelência eu cumprimento os demais vereadores. A minha passagem aqui é bem breve, é apenas pra fazer o convite a todos do Distrito de Santa Gertrudes, que está chegando no próximo sábado, a terceira etapa do circuito do Projeto Incentivar. É um projeto, como eu já falei aqui anteriormente em outras sessões, da modalidade de futevôlei e tem beneficiado e contemplado, que o foco, o objetivo principal são as crianças e adolescentes, pra que possam praticar o esporte aqui na cidade de Patos. O Projeto Incentivar já tem chegado a diversos bairros da cidade de Patos, Vereador Ferré, e estamos na terceira edição, sábado será a terceira etapa da terceira edição. Já aconteceu no Conjunto dos Sapateiros, no São Sebastião, a terceira etapa será em Santa Gertrudes, e será finalizado no Bairro Mutirão. Então, o coordenador, o idealizador do projeto, Geraldo Carlos, o Geraldinho, ele já está tendo todo o apoio da Prefeitura Municipal de Patos nesse projeto. Um projeto que a Câmara já reconheceu como um projeto de utilidade pública na cidade de Patos, que envolve todas as crianças adolescentes, e termina envolvendo toda a comunidade. Então, o Prefeito Nabor estará presente, no próximo sábado, juntamente com o Secretário de Esporte, com o Secretário de Serviços Públicos, Olegário, dado esse aporte, esse apoio pra que esse projeto possa chegar aos bairros e se expandir até outros bairros. Também, Senhora Presidente, eu quero encerrar aqui a minha fala parabenizando toda a Câmara Municipal de Patos, pela Sessão Solene de ontem, a condução dos trabalhos, todos os vereadores que apresentaram suas proposituras àquelas pessoas que realmente observava no discurso, na fala de cada um, o quanto se orgulham em ser oficialmente, de fato e de direito, um cidadão patoense. Apenas para que fique registrado em Ata. E parabenizar toda a Câmara, toda a equipe do Poder Legislativo que esteve na organização e na condução da sessão de ontem. Obrigado, Presidente.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o **Vereador Josmá Oliveira da Nóbrega**: “Muito boa noite Senhora Presidente, e cumprimento também os demais pares desta Casa Legislativa. Saúdo sempre a imprensa, hoje no nome do jornalista Célio Martinez, e estendo os cumprimentos ao demais profissionais dessa categoria. Sempre em agradecimento ao nosso povo de Patos por ter reconhecido e contratado para, aqui, sempre brigar por seus interesses. Eu vim aqui para brigar mesmo, se fosse para não fazer nada eu ficava em casa. Dando início a esse parlório de hoje, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o meu colega Patrian, ele apresentou um voto de aplauso para a nossa futura Prefeita Priscila Lima, a Baronesa Priscila Lima, que tem realizado um gigante trabalho social na cidade de Patos. Ela, com seu esposo Paul, tem realizado um forte trabalho social na cidade de Patos, que não é de hoje, Vereador Patrian, já é um trabalho consistente em nosso município que ela vem fazendo nas regiões carentes, nas localidades carentes do nosso município de Patos. O nosso povo sofrido, que tanto precisa, Vereador, desse tipo de trabalho. Inclusive, tem muita falta de assistência do município. A carência do nosso povo mais humilde é muito grande, e Priscila, junto com seu marido Paul, que ele já realizava esses trabalhos sociais na Europa, em alguns países também, na África, e não é diferente na cidade de Patos. Fica aqui o nosso agradecimento, em nome do povo de Patos, a Priscila, ao Paul, todos os seus familiares e também os nossos parabéns pelo voto de aplauso, muito bem reconhecido. E



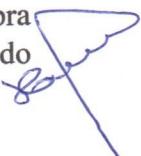
ao mesmo tempo, a gente aproveita e lamenta alguns ataques sofridos por Priscila Lima aqui na cidade de Patos, por pessoas ligadas ao Prefeito Nabor. Um grupo de marmanjo, Vereador Patrian, que parece que não tem o que fazer e vai atacar uma mulher; uma mulher que nunca nem abriu a boca para falar com essas pessoas, talvez ela nem conheça essas pessoas. E essas pessoas ficam realizando, Vereador Jamerson, pistolagem digital em redes sociais e grupos de WhatsApp, com jogo baixo, criação de calúnias, fake news. E o saudoso Vereador Ivanés já pontuava isso aqui nesta Casa, a pistolagem digital aqui na cidade de Patos, que, para quem não sabe, são essas pessoas que recebem dinheiro para mentir, atacar a honra e a imagem de adversários políticos. E ela vem sendo atacada corriqueiramente, através de vagabundos, em grupos WhatsApp, que é o que mais tem aqui na cidade de Patos. E grande parte dessas pessoas já estão sendo investigadas na criação de fake news, matérias fakes, conteúdos fakes em grupos de WhatsApp. É lamentável um bando de macho se juntar para atacar uma mulher. A gente lamenta muito tudo isso, a gente espera que isso tudo passe. Ficam aqui essas colocações. Eu trago a notícia de hoje também, onde, Vereador Patrian, recebemos mais uma notícia do Tribunal de Contas a respeito das contratações ilegais na cidade de Patos. Todo dia, minha gente, sai uma decisão de uma coisa ilegal na cidade de Patos. Nabor Wanderley é especialista em ilegalidades, ele deveria estar preso. Por muito menos, muito menos, dez por cento disso, Vereador Patrian, Vereador Jamerson, Vereador José Gonçalves, Dinaldinho foi afastado. A gente lamenta muito. E hoje, mais uma vez, o Prefeito Nabor recebe a decisão sobre a irregularidade dos MEIs. Ele tem cento e vinte dias para resolver essa irregularidade. Aqui na cidade de Patos existe uma irregularidade por cima da outra, minha gente. É uma esculhambação na cidade de Patos. Eu já denunciei com o colega Patrian, várias vezes aqui. Todos os setores possuem irregularidades, desde as contratações às contratações de contratos. A gente lamenta muito. Essa é a forma de Nabor fazer política, só sabe fazer dessa forma, ele não tem capacidade de administrar. A cidade está destruída, aí empurra gente para tentar decidir as eleições também na tora, dessa forma. Mas o Tribunal de Contas também já deu essa ‘canetada’, essa decisão, a gente espera que seja cumprido. Então está aí mais uma multa, mais uma irregularidade para presar sobre as contas do Prefeito Nabor, que eu acredito que serão reprovadas pelo Tribunal de Contas. E só para concluir esse tema, por muito menos, muito menos, o Prefeito Dinaldinho foi afastado. E eu trago também, Senhora Presidente, demais colegas, mais um documento do Tribunal de Contas e o Ministério Público de Contas; eu trago documentos, eu não trago boatos e nem bajulações. O documento do Tribunal de Contas nº 06400/2021, para quem não sabe o que é isso aqui, inclusive, isso daqui já é o acórdão, isso aqui é perseguição de servidores públicos na cidade de Patos, o Prefeito Nabor perseguinto os servidores públicos. É o prefeito perseguidor, o Prefeito Nabor e sua trupe. Isso aqui é de um servidor chamado Francicleber, é um excelente servidor do município de Patos, que vem sendo perseguido. Não só ele, outros também que vêm sendo perseguidos. Por que, Vereador Josmá? Porque não se submetem as irregularidades interpostas pelo Prefeito Nabor. Aí esse rapaz aqui está passando a maior perseguição, mas, graças a Deus, está chegando ao fim no Tribunal de Contas. O Prefeito recorreu da decisão, e perdeu. É o prefeito perseguidor. Inclusive, vou tocar um trechinho da música do prefeito perseguidor: ‘o mundo dá voltas e o castigo vem, quando a conta vier, tu não pagas não. Perseguidor é isso que tu és, mas Deus está vendo e o povo também. É do coitado, pobre de espírito, é só aos ricos que tu das valor, catucesses o cão com uma vara curta, esse é o meu recado, que o povo mandou. Perseguidor do trabalhador, mas a minha voz tu não calas não. Está perseguinto até professor, mas que vergonha, não faça isso’



não. O teu mandato um dia se acaba, o meu talento só quando eu morrer. É bem mais fácil tu morrer de raiva'. Após a exibição da música, Orador retornou à sua fala, dizendo: "Uma hora o Prefeito Nabor vai pagar tudo o que ele está fazendo com o povo e com a cidade de Patos. Anotem aí o que eu estou dizendo, inclusive, eu peço que coloquem em caixa alta na Ata: UMA HORA ELE VAI PAGAR TUDO ISSO QUE ELE ESTÁ FAZENDO COM O POVO DE PATOS, ESSA SAFADEZA TODA, ESSAS HUMILHAÇÕES, ELE VAI PAGAR. E a gente vai ver isso em breve. Eu chamo a atenção dos meus pares, essa postagem aqui, minha gente, é uma postagem das redes sociais do Prefeito Nabor, do Instagram dele, isso daqui é mais uma mentira do prefeito mentiroso. Isso aqui, Patrian, é mais uma prova cabal. Eu não trago aqui, balelas, eu trago fatos, documentos, tudo, como esse, do estelionato eleitoral do Prefeito Nabor. Por que, Josmá? Isso aqui se trata, minha gente, de mais uma promessa, Patrian, que ele não cumpriu, de mais uma, que é em relação a reforma lá do Irmã Benigna. Por que eu trago isso? Porque eu fui procurado novamente por representantes da comunidade surda, Vereador Patrian, inclusive, Presidente, a gente tem que colocar aqui o intérprete de LIBRAS. Eu já falava ali com os meninos para a gente colocar, no mínimo, as legendas na transmissão, para que as pessoas possam acompanhar e saber o que é que nós estamos discutindo aqui, porque, infelizmente, o município de Patos exclui as pessoas, as minorias, como a comunidade surda. E o Prefeito Nabor prometia em 2020, enganando o povo. Eu não, não caio nisso. Está com a legenda, Presidente? Muito obrigado. Agradecer ao suporte técnico que já pontuou isso ali. E é lamentável a forma que se engana as pessoas, porque, Vereador Jamerson, onde estão essas pessoas da comunidade surda, e outras pessoas que precisem de um tratamento especial, lá no João Tavares, não tem espaço, não tem estrutura. E nós já pontuamos isso aqui há dois anos, para fazer a reforma daquela estrutura, para que as pessoas possam ter mais conforto e um melhor tratamento. E detalhe, a comunidade surda na cidade Patos é uma comunidade grande, e nós temos a obrigação e temos o dever de incluir essas pessoas. É lamentável isso aqui. Está ali, eu mostrei, mais uma promessa do prefeito mentiroso. É só mentira, mas não me engana. A gente vai continuar cobrando até que seja resolvido. E a gente cobra um intérprete de LIBRAS na Câmara, um intérprete de LIBRAS nos eventos oficiais do Poder Executivo, um intérprete de LIBRAS na UPA, que fique à disposição da UPA. Era para ter na delegacia também, ou ficasse um à disposição, para que quando precisasse do intérprete de LIBRAS, ele ser acionado e ele encostar lá, em vinte minutos, por exemplo. Vão dizer que não tem recurso. Mas tem recurso para fazer contratações ilegais. Era, sim, para ter intérprete de LIBRAS nas principais instituições públicas, porque isso é inclusão. A gente lamenta, não tem inclusão da cidade de Patos, só tem as propagandas, só propagandas engonosas, e a gente lamenta muito. Mas, nem por isso, por mais que essas pessoas não escutem e não falem, mas a gente está aqui para falar por elas, porque é lamentável. Eu tenho certeza que amanhã ou depois de amanhã vão fazer matérias mentirosas com fotos, pegar três pessoas ali: 'Ó, inclusão social em Patos, surdo, mudo, tal', é só balela, porque aqui em Patos, a propaganda na mentira fica escutando o que a gente fala pra depois fazer a mentira. tentando remendar o buraco. É assim que funciona, minha gente, e a gente lamenta profundamente tudo isso. Ficam aqui as cobranças do povo, sempre de forma legítima, porque o meu compromisso é com você cidadão, não é com o prefeito; não quero compromisso com o prefeito, Deus me livre! Já tem gente demais pra defender ele. Não quero ser melhor do que ninguém, mas não quero ser igual a todos também, não quero fazer mais o mesmo, porque eu tenho compromisso com aquelas pessoas que me contrataram para aqui representá-los. A princípio é só isso, excepcionalmente hoje não



irei usar os quinze minutos. Obrigado, Presidente. Uma boa noite a todos. Deus, Pátria e Família.” Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da tribuna o **Vereador João Carlos Patrian Junior**: “Boa noite a todos é com pesar que a gente vem trazer essa triste notícia, mas a gente tem que trazer a conhecimento. Fui procurado por vários militares, que me cobraram e pediram pra que eu cobrasse uma resposta do acontecimento da negativa do atendimento do SAMU ao sargento Tadeu. Os mesmos falaram que ligaram para o SAMU, mas o SAMU deu a negativa do resgate, mesmo falando que era um cidadão que estava caído ao solo, contorcendo-se de dor, com a mão no peito, pedindo socorro, e o SAMU, Vereador Josmá, negou-se a ir, e por causa disso nós perdemos um companheiro. O sargento Tadeu, infelizmente não resistiu, porque o mesmo teve que ser socorrido por uma viatura da polícia militar, que não tem estrutura alguma pra prestar socorro a qualquer pessoa que seja. Presta, porque é o momento de desespero. Mas o que a gente precisava naquele momento, era de uma Usa, uma ambulância especializada, pra que pudesse dar uma chance. Não sou especialista, não sou médico cardiologista, nem entendo nada, mas pelas matérias que eu vejo, que eu assisto, que eu leio, questões de segundo salva uma vida. Nós vimos aqui, ontem, um médico recebendo um voto de aplauso em reconhecimento, e como cidadão patoense, e o mesmo disse que um milésimo de segundo para uma situação dessa pode custar a vida do cidadão, do próximo. E foi o que aconteceu. Falaram que não tinha ambulância, mas uma da Prefeitura. Ambulância tem que ter sobrando, já que atende vários setores. ‘Não, a gente aqui não atende só Patos, nós atendemos vários setores’, foi a justificativa. Passaram lá no local, viram algumas ambulâncias parada por lá, e questionaram porque não haviam saído pra fazer o socorro do sargento Tadeu, que estava lá no campo do rato, caído. E o desespero total, porque a gente sabe fazer os primeiros socorros, mas não é o suficiente ou igual ao procedimento de um médico especialista ou um médico socorrista. Aí fica a pergunta: está mentindo, não está mentindo, o prefeito está mentindo, o secretário não está mentindo? A gente não sabe porque eu vejo é um bocado de vereador, junto com o secretário, junto com o Prefeito, com o Vice-Prefeito tirando foto ao lado de ambulância, mas quando o cidadão patoense precisa não tem. Se tiver necessidade de trazer quarenta, cinquenta ambulâncias, têm que ter ali. Se o prédio está pequeno para comportar as ambulâncias, mudem. O povo não quer saber quanto vai custar não, o povo quer saber que vão fazer. Semana retrasada, eu acredito que entre quinze a vinte dias atrás, recebi uma ligação de uma senhora desesperada, tem um áudio dela aqui, não vou passar porque eu esqueci de pegar autorização. Ela gritando, pelo amor de Deus, que fossem atender a mãe dela. E o mesmo gritou lá de dentro: ‘o tempo que a senhora está perdendo aqui, a senhora já tinha transportado ela pra o hospital’. Ela disse: ‘eu estou ligando para o Vereador sargento Patrian, e ele vem pra cá’. Quando ela disse isso, eu estava próximo, eu cheguei rapidinho, e quando eu cheguei à ambulância tinha acabado de sair, quando ela disse que ia ligar para o vereador pra fiscalizar. Então tinha ambulância. O é que que está acontecendo? Por que essa negativa? A gente tem que atender o próximo. O Prefeito tem que trazer mais ambulância, locadas, compradas, não interessa; contrate mais profissionais. Mas a gente não pode deixar a população morrer à mingua.” Em aparte, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Só pra contribuir, Vereador Patrian, isso é um tema altamente relevante que o colega Patrian trouxe aqui. Inclusive, eu tinha trago esse tema aqui antes, sobre essa problemática do SAMU, eu recebo muitas denúncias relacionadas a isso. A gente sabe também qual é a função do SAMU, a gente sabe que tem casos que não precisam de SAMU, e o município deveria oferecer essa contra partida, essas ambulâncias básicas pra tentar direcionar certos atendimentos, que não fossem de fato uma urgência como essa do



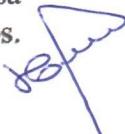
collega militar, que chegou até a falecer, e a gente lamenta. Mas, veja bem, na maioria dos casos o maior problema da cidade de Patos é quando o cidadão liga, Vereador Patrian, e o interrogatório que é feito pelo SAMU é como se o cidadão fosse comprar um carro de meio milhão de reais. Eu acho que nem pra comprar um carro eles fazem tantas perguntas. Aí fica difícil. É tanta pergunta, que se a pessoa estiver do seu lado, morrendo você deixa de ajudar a pessoa pra ficar respondendo às perguntas, a pessoa morre quando você está respondeu a décima pergunta. A gente cobra aqui, inclusive, Patrian, eu me coloco a disposição pra a gente ir junto ao Ministério Público pra tentar resolver esse moído do SAMU de Patos. E outro problema que tem no SAMU de Patos, Vereador Jamerson, é aquele telefone, ô telefone pra dar trabalho, pra quebrar, eu nunca vi na minha vida um negócio dele, pense em um telefone pra quebrar é aquele do SAMU. Na minha empresa, eu acho que em vinte anos só quebrou duas vezes. Mais o do SAMU todo ano quebra, rapaz, que negócio é esse que tem ali, que não funciona? Sinceramente, rapaz. Aí o cidadão liga Vereador Patrian, é um interrogatório do tamanho do mundo, a maior dificuldade, termina morrendo e não tem ambulância para o povo. E aquelas ambulâncias ali é pra que, se ano for pra servi para o povo? Alguém me diga aqui. É um absurdo, minha gente. E outra coisa que a gente cobra, vamos levar senhor coordenador do SAMU, o secretário Leônidas, campanhas educativas para escolas explicando como é o uso do SAMU, pra gente combater isso, não é collega Patrian? Enfim, é essa contribuição. Muito obrigado.” Com a palavra, o Orador deu continuidade a sua fala: “Muito obrigado pela complementação. E ficam aí as nossas palavras, as nossas cobranças. Com certeza nós iremos até o Ministério Público, já que existem os registros de solicitações no SAMU e existe os registros no Centro Integrado na cidade de Patos, aonde, na hora do desespero pra socorrer o nosso irmão que estava lá ao solo, a viatura veio e levou o mesmo. Naquele curto período, já poderia ser transportado, socorrido para o Hospital, e já está fazendo algum procedimento médico que poderia ter salvo a sua vida, ao invés da gente está enterrando o mesmo hoje, em frente a Câmara Municipal, no cemitério, que foi feito às dezessete horas. E a gente só tem a lamentar uma vida que se foi, por falta de atendimento. Alguns falaram que era falta de maca. Se está faltando equipamento, compre; se está faltando ambulância, compre, alugue, loque, não importa, o que a gente quer é se seja prestado serviço para a população. Então, fica aí a nossa solicitação, o nosso pedido. Aumente; se tiver necessidade, alugue outro prédio, construa, mas que melhore a questão do SAMU, o atendimento de urgência aqui da nossa cidade. Existe um padrão de atendimento, tanto no SAMU quanto nas polícias, que agora existe um centro integrado, mas pode ser estudado, igual o vereador Josmá disse, uma diminuição no tempo, vai mandando a ambulância, e se não for aquela, já solicita a que tem o atendimento mais especializado, e assim vai estar lá. Não importa se vai três, quatro ambulâncias pra socorrer o cidadão, mas ela tem que ir. A gente entende que existe a padronização, mas a gente não entende e nem vai entender a negativa de um atendimento a um cidadão, qualquer cidadão que seja. Tivemos um problema acho que há duas ou três semanas, e tivemos um agora, que custou vida de um cidadão, de um pai de família, de um avô, de um homem de bem, por falta de atendimento, e falta de equipamento. Segundo informações, não tinha maca, as macas estavam todas no Hospital Regional. Compre mais, coloque as ambulâncias pra rodar, só duas ou três é insuficiente, pois a área que era de cobertura é muito grande. Então, tem que aumentar essas ambulâncias, o prédio e quanto mais funcionários estivem lá. Tem funcionário pra todo jeito, já tem um curralzinho eleitoral, não é Vereador Josmá? Então contrate e coloque na área necessária, na área que necessita, que vai custar a vida de um cidadão. Aí sim, vai valer a pena a



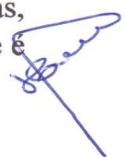
contratação. Não igual uns que existem aí, que a gente nem sabe quem é, mas todo final de mês está lá o pirãozinho na conta, e a gente nunca viu esse funcionário. É o fantasma, é o ghost. Uma vida que se foi, infelizmente perdemos o sargento Tadeu por falta de atendimento clínico e uma irresponsabilidade por parte do secretário e do Prefeito Nabor Wanderley.” A Senhora Presidente, solicitou a confirmação da presença dos Vereadores e passou à ORDEM DO DIA. A Senhora Presidente colocou em discussão e 1<sup>a</sup> votação o PROJETO DE LEI N° 15/2024 – DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS DE TRABALHO COMPARTILHADO (COWORKING) NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Com a palavra, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “Devido a modernidade dos negócios, do avanço tecnológico, inclusive, nós tivemos um pequeno avanço no Brasil; um pequeno, ainda falta muito ainda a questão da liberdade econômica, as criações dos MEI também foi um certo avanço para alguns setores profissionais. E a questão desses centros de trabalho compartilhado coworking, como queiram, se faz necessário. Os grandes centros já utilizam muito desse modelo. Para quem não sabe, é como se fosse um grande escritório, e aquele escritório existe sub empresa e sub profissionais lá dentro. Na legislação de hoje existe uma certa burocracia, uma certa dificuldade em relação a isso. Eu sou totalmente favorável a esse tipo de negócio, a modernidade vem e a gente tem que tentar acompanhar. Só que eu achei muito burocrático da forma que o Prefeito colocou aqui, elaborou. E também eu não vi uma discussão dessa matéria publicamente. A matéria chegou terça-feira, hoje é quinta, e já está sendo colocada em votação. Por questão de ponderação e cautela, eu preferia discutir essa matéria com setores representativos, até o tempo de a gente escutar essas e até apresentar uma possível emenda, mas da forma que foi jogada aqui, eu voto contrário. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o **Vereador Sales Júnior** disse: “Esse Projeto que o governo mandou para esta Casa é um Projeto importante. Eu conversava com o secretário atual da Receita, e, na verdade, isso é você acompanhar a modernização, a atualização, o avanço até mesmo da tecnologia e da organização dessas modalidades que vêm sendo criada no nosso país, e porque não dizer no mundo. Então, Patos cria essa legislação própria, essa regulamentação. Eu conversava com Marquinhos, e ele dizia que até proprietários de ambientes de locais que se reúnem, e isso é o coworking, precisam ter um endereço postal, um endereço fixo, para que possam realmente trabalhar de uma forma organizada. Discutindo com essas pessoas ou com algumas pessoas, o governo manda esse Projeto para a Câmara. “ah, mais porque tem esses, eu não vou dizer burocracia, porque todo espaço hoje precisa ter regras, precisa ter critérios, precisa ter documentações atualizadas. Eu entendo que para a Câmara Municipal de Patos, por exemplo, poder funcionar, poder estar aberta, poder estar atendendo a nós vereadores e a população, precisa ter documentações do Corpo de Bombeiros e de diversas outras instituições que fazem esse monitoramento, essa cobrança. Não é diferente de escritório, de restaurantes, hotéis, que precisam ter documentações. Eu me lembro que quando eu apresentei o Projeto aqui na Câmara, quando eu que fui provocado por algumas pessoas que tinham aqueles Food trucks, na praça da alimentação, eles queriam se regulamentar, eles queriam ter o seu alvará próprio, eles queriam ter um documento que dissesse: ‘Aqui é uma concessão que eu estou de posse’. Mas para que o Projeto fosse aprovado, e a regulamentação pudesse acontecer, a legislação nacional nos dizia naturalmente que precisa ter: Alvará de funcionamento, que precisaria ter documento da Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros, cada um teria que ter seu ponto de energia. Ou seja, isso é burocracia? Não! Isso são regras, critérios



que existem em qualquer ambiente, em qualquer espaço que você queira organizar. Então, o coworking, o Prefeito manda o Projeto para a Câmara para termos uma legislação própria no nosso município para que essas pessoas possam ter essa regulamentação aqui no nosso município. É basicamente isso, é um Projeto que a gente entende que é importante para o nosso município. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Na verdade, esse Projeto, como eu tomei conhecimento de última hora, porque, como eu falei há pouco na tribuna, tem que ter um prazo. O Projeto é lido na terça, na quarta passa nas comissões e na quinta já vem para primeira votação, não tem como a gente analisar isso. E isso vem acontecendo ultimamente, eu proponho que veja essa questão para as reuniões retornarem para segunda-feira. Eu vou me abster, em virtude de não aprofundar com os companheiros da área esse Projeto. E com o ele trata de cobrança, não é só um Projeto para regulamentar, mas também tem algumas UFIRs aqui pelo meio: ‘Sem prejuízo de outras penalidades previstas na Lei 3.542/2006, Código Tributário do Município, os descumprimentos das obrigações previstas no artigo 6º, configurará infração administrativa sujeito a aplicação de penalidade pecuniária de multa nos seguintes valores: trezentas UFIRs no município de Patos, se não reincidente, quinhentas UFIRs no município de Patos, se for reincidente’. E o artigo 6º diz: ‘A empresa administradora de espaço é obrigada a comunicar ao setor competente do Município de Patos’, aí tem uma série coisas: qualquer alteração nos dados. Então são coisas que a gente precisa aprofundar. O artigo 10 também diz: ‘Sem prejuízo de outras penalidades previstas na Lei 3541/2006, que é do Código Tributário, descumprimento das obrigações previstas no artigo 9º, configurar infração administrativa, trezentas UFIRs, quinhentas UFIRs’. Então, eu vou me abster, e na próxima votação, ao tomar conhecimento, eu irei me posicionar novamente.” Com a palavra, o Vereador Josmá Oliveira falou novamente: “Só para concluir aqui, Presidente, pontuar os itens que me chamaram atenção, quando os colegas começaram a discutir. O artigo 4º, a Lei, na minha visão, como empreendedor que eu sou, o município interfere diretamente no modelo de negócio que eu queira desenvolver. Ele estabelece um mínimo. Quando o estado determina essas coisas, de certa forma ele engessa o funcionamento de empreendimentos. O funcionamento, no mínimo, de segunda à sexta, tudo bem, serviço de recepção; e se o modelo de serviço do negócio do cara não precisar de um serviço de recepção? Existem muitos modelos de negócios, sala para trabalho e atendimento. Se aquele modelo de negócio, determinado modelo não exigir? Aí fica muito engessado relacionado a esse ponto. Outro item também importante, essa questão das multas. Nós temos dois artigos, multas pesadas. Tem um item que me chamou muita atenção, eu acho que é conflitante com a lei da liberdade econômica, inclusive, pode ser que o Projeto seja até inconstitucional. Artigo 9º: ‘Inscrever-se no município, obter as licenças de funcionamento pessoa jurídica e possuir cópia autenticada’. Na minha visão, o artigo 9º entra em conflito com a liberdade econômica, que também é a lei federal sobre os MEIs. O cara que abre um MEI, Vereador Jamerson, assim que ele abre na internet, já está autorizado a trabalhar, é de imediato, porque, por exemplo, são atividades que não oferece risco, nem um tipo de responsabilidade. E deveria ser bem mais explanado, ter exceções aqui na lei, não tem. E a gente também que hoje, muitos profissionais liberais, que deixavam de ser autônomos no passado, eles contribuíam com a previdência, como o profissional liberal, ele pagava o INSS dele, através de uma contribuição no carnê ou espontânea, individual, muitos hoje muitos profissionais optam por trabalhar com MEI, que, além de ser mais barato, tem essa vantagem toda da lei do MEI, que é boa, para quem quer de fato se utilizar, tem essa vantagem de quebrar essa burocracia toda. Esses pontos, eu enxerguei como burocráticos.



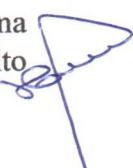
Nós precisamos facilitar cada vez mais, mas a gente respeita os pontos de vistas dos colegas e demais pares, e eu mantendo meu posicionamento contrário à matéria. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o **Vereador Sales Júnior** disse: “Senhora Presidente, eu até entendo e comprehendo a linha de raciocínio do Vereador Josmá, quando fala em relação ao MEI. Esse Projeto não obriga ninguém a aderir a essa modalidade, quem é MEI é MEI. As regras para o MEI, quem trabalha individualmente, não muda em nada, está tudo certo. Só que a regulamentação dessa legislação está aí, o que é um coworking? São pessoas que têm um CPJ, que se reúnem e se forma, compartilham de um projeto só para trabalhar por meio dessa modalidade. Aí vai ter um local, o Projeto trata justamente disso, que é de onde vêm as exigências, que não é que deu na cabeça do secretário ou da Prefeitura para que tenham essa documentação, isso são normas da própria legislação. MEI que quer continuar trabalhando como MEI, não tem nenhum problema, está tudo do mesmo jeito. Isso é até uma forma de você incentivar uma nova oportunidade de emprego, quando você junta a pessoas para você trabalhar em cima de projeto coletivo, compartilhado. Então, a ideia é justamente essa, você ter o ambiente próprio da sua equipe, do seu grupo, e você poder publicizar isso, você dizer que tem endereço fixo, uma caixa postal, você ter uma modalidade e uma forma de trabalhar. É basicamente isso, só para separar essa questão do MEI, quem é MEI é autônomo, liberdade econômica continua do mesmo jeito, trabalhando da mesma forma; mas isso é uma modalidade que o município está regulamentando aqui no nosso município. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Eu acho interessante quando se fala nesse MEI, Microempreendedor Individual. É meio utilizado para prejudicar os trabalhadores na flexibilização das Lei Trabalhistas. Você quer um exemplo aqui em Patos? Você é Microempreendedor Individual, abre a sua empresa e vai ganhar um salário mínimo na Prefeitura, e por aí vai. Isso é golpe para os trabalhadores, não dá para estar engolindo não. Essa questão da regulamentação, eu concordo, porque a gente precisa saber quem é quem, quem é que está realmente, o que é que tem. Até essa regulamentação favorece para os dados que podem ser fornecidos para melhorar até esse setor econômico aqui da nossa cidade, são informações importantes. A minha posição é mais nesse aspecto, por não ter conhecimento em sua totalidade, e só vou me posicionar na segunda, porque eu acho que quando vem cobrança precisar analisar melhor.” Com a palavra, o Vereador Josmá Oliveira falou mais uma vez: “Só para concluir esse debate, o debate está bom. Em reação aos MEIs, de fato, os MEIs podem continuar sendo MEIs, mas nós estamos falando aqui do coworking, do local de trabalho compartilhado. Como é isso? Para que as pessoas possam entender, suponhamos que eu seja um profissional de uma determinada área, por exemplo, designer gráfico, sou designer. Patrian trabalha com redes sociais, social mídia, outro trabalha com áudio visual. Nós três somos MEI, pessoas jurídicas normal, ou até pessoas físicas, independente disso, envolve todo mundo, e nós somos pequenos, e eu não tenho condições de pagar um aluguel de estrutura para manter o meu pequeno empreendimento. Patrian também, fulano e beltrano não têm, então nos juntamos e alugamos o mesmo imóvel, e ali é um ambiente de local compartilhado. A legislação hoje exige que para funcionar cada um tenha o seu endereço específico, e o coworking vem para isso, independentemente de ser MEI ou não, para o pessoal não confundir. O que acontece? Eu sendo MEI, Patrian pode ser outro segmento, fulano pode ser outro segmento e tal, mas todos estaremos no coworking, ou seja, nós estaremos formalizados naquele mesmo endereço, naquele local compartilhado. Esse modelo é semelhante a um shopping center, o shopping hoje está lá com seu aglomerado de lojas, tem as suas divisões, suas subdivisões, e os endereços das lojas, endereços fiscais, que é



o que mais interessa neste caso desta matéria, os endereços jurídicos do Shopping, por exemplo, vai vim lá Shopping Patos, loja número tal. Ou seja, aquele empreendimento está localizado no Shopping Patos, porém existe o sub endereço, o coworking vem para representar isso de uma forma menor, profissionais liberais, por exemplo, utilizam-se desse modelo. Pode ser que a matéria seja aprovada, eu votarei contra, mas eu acho que vai precisar de atualizações na legislação. Mas, enfim, eu continuo contrário. Presidente, obrigado.” Com a palavra, o Vereador José Gonçalves disse: “Agora foi discutido o Projeto, porque antes estava discutindo MEI, por isso que eu falei no MEI. Isso aqui, gente, nós não mudamos de bodega para supermercado? Apareceram até os sócios, é tipo um escritório de advogados, é porque muda só o nome, americanizam tudo, para destruir a nossa língua portuguesa, essa é que é a verdade.” Colocado em votação, o referido Projeto de Lei obteve 07 (sete) votos sim, 02 (dois) votos não, e 02 (duas) abstenções, sendo, portanto, aprovado em primeira votação. Com a palavra, o Vereador Josmá citou o Artigo 137 do Regimento Interno e fez a declaração do voto, dizendo: “Só para justificar aqui o meu voto para o cidadão, como eu pontuei aqui na discussão, que foi boa e bem saudável aqui, e é bom esse nível. Por isso é muito importante a gente sempre está lendo as matérias. Eu votei contrário pela preocupação de que isso possa acarretar dificuldades futuras, porque hoje isso já existe. A gente ver isso, como Zé pontuou muito bem, os escritórios de advocacia, tem também nas clínicas, tem vários dentistas, às vezes é um dentista, às vezes é outro profissional da área, e existe isso. E a nossa preocupação é justamente não burocratizar. Eu vejo com maus olhos o excesso de regulamentação. Inclusive, nós precisamos de uma reforma tributária gigante na cidade de Patos para simplificar o máximo possível, porque é muito difícil abrir empreendimento hoje. Só para justificar isso para o cidadão, a gente vai mantendo essa coerência desde o início. Muito obrigado, Presidente.” A Senhora Presidente colocou em discussão e 1<sup>a</sup> votação o PROJETO DE LEI Nº 16/2024 – INSTITUI O REGIME JURÍDICO DO PROGRAMA IPTU PREMIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho – Prefeito Constitucional. Com a palavra, o **Vereador Jamerson Ferreira** disse: “Só fazer um registro aqui, que fique em Ata, que hoje é um dia histórico, nós temos uma pessoa no plenário, que é Vavá, e nós temos uma pessoa online, que saiu, eu fui falar: Sônia Maria Silva Herculano. Volta Sônia, ela saiu, ela estava assistindo aqui, então só estou eu aqui. Então, hoje nós estamos falando para duas pessoas. A semana passada eram umas cinquenta pessoas. Nem a turma do gabinete veio para falar mal de vereador hoje. Era para ter um contrato para quando vim, vim toda sessão, pelo menos anima. Mas, infelizmente, essa falta de interesse pelo Legislativo é comum, e não vamos ser nós que vamos mudar. Parafraseando a comparação de Zé com Ulisses Guimaraes, se ele fosse falar hoje, Zé, ele dizia: ‘está pensando que a transmissão pelo Facebook é ruim? Espere a próxima. Senhoras e senhores, esse Projeto, que é o regime do IPTU premiado, eu só tenho uma dúvida. Vou votar favorável, mas eu só estou achando estranho uma questão, a Prefeitura está legalizando ao instituto do IPTU premiado. Você não pode só chegar, compra um carro e sortear, porque para comprar esse carro tem que ter uma licitação, para ter essa licitação tem que ter um ditame, não pode chegar: ‘e vou dá um carro’. Não é nem que na época de Dinaldo, na época de Dinaldo a Prefeitura comprava um carro, colocava um bocado de papel dentro de Dinaldo Cabeção. Eu estou dizendo na época de Dinaldo, não é porque é Dinaldo é que queria fazer, é porque não tinha legislação. Antigamente, doutor Rivaldo, Antônio Tota, não andavam com talão das notas fiscais das Prefeituras dentro dos Opalas? Você pedia no meio da rua, cinco sacos de cimento a doutor Rivaldo, e ele dizia: ‘Meu prezado, eu vou lhe dar dois, vá buscar no depósito de

Chico Sátiro'. Não é assim, eu estou mentindo? Então, precisa fazer a coisa correta. Eu só tenho uma dúvida, Sales, artigo quinto: 'O programa IPTU premiado deverá obedecer ao seguinte, independente de previsão específica de regulamento, o prazo para retirada da premiação do contribuinte é de 90 dias, a contar da data do sorteio. I - A não apresentação do ganhador para o recebimento do prêmio, no prazo previsto do inciso anterior, implica na perda do direito ao prêmio'. Noventa dias, mega sena também é assim, não foi receber, volta para o governo. Agora aqui é que está a questão: 'o ganhador para receber o prêmio deverá apresentar certidão negativa de débito municipais, obedecido o prazo no inciso I do presente artigo'. O que o inciso I diz? Que o prazo é noventa dias. Então está automaticamente dizendo que em novena dias ele tem que apresentar uma certidão negativa de débitos municipais. Eu acho um pouco contraditório. Confesso que eu não tive tempo de fazer uma emenda, eu li isso ontem. Eu li esse Projeto aqui, ontem, porque ele não deu entrada na terça? E confesso que hoje eu não tive tempo, porque eu queria fazer uma emenda, que eu acho que não seria reprovada. Então, eu quero votar favorável porque eu acho que não tem nenhum bicho de sete cabeça, eu só acho que isso aqui pode prejudicar, sabe vereador Emano. Claro, se você está pagando IPTU, você está concorrendo por aquele objeto que você acabou de pagar, não é assim? Eu paguei um carnê de IPTU equivalente ao IPTU desse ano, eu recebo um vale, uma cartela eletrônica, um cupom, para equivalente a essa minha dívida desse ano, concorrer. Aí está dizendo: você pegar o carro ou a moto se você estiver em dia com a Prefeitura. Não tem nada a ver. Você vai ceifar a participação de muitas pessoas, independente se eu ainda tenho alguma dívida com o IPTU, mas eu não paguei aquele IPTU? Não é para incentivar? A lógica da coisa é louvável. Certa vez, eu até entrevista a então secretária Meryclis, e o próprio Adilson, mais o secretário Marcos, que estiveram no nosso programa de rádio, comigo e Genival, há duas semanas e disseram: 'toda vez que a gente lança uma premiação dessas, as pessoas participam muito'. Eu só acho Sales, que esse artigo meio que fatia, se eu estou com o IPTU 2024 para pagar, a gente aquele IPTU, a gente recebe o cupom referente a esse IPTU que a gente pagou. O que é que a Prefeitura está dizendo com esse inciso aí? 'Não, você só pode receber o carro se você não estiver devendo a Prefeitura'. Não tem nada a ver. É tipo assim, eu compro seis números na mega sena, aí vou tiro duzentos milhões, a mega sena diz: 'você só pode receber se não tiver nada com o seu CPF'. E tem alguma coisa Frei Damião com freio de caminhão? Eu só acho Sales, se pudesse consultar Marcos. Claro, tem no inciso anterior que tem noventa dias para você pagar, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. Se eu pago o IPTU referente, e se eu recebo uma cartela, um cupom, que vai lá para o sorteio, e aqui já teve um avanço em referência a lei de 2021, que quem ganhou foi a secretaria de Meio Ambiente. Mas não tem nada demais, porque ela é contribuinte, ela pagou. Podia ser um vereador, normal. E eu acredito na lisura do sorteio, o sorteio foi transmitido, seria muita teoria conspiratória acreditar, pelo amor de Deus, até porque não ia mudar a vida dela ganhar uma pop, ela já é secretária, ela ganha bem. Enfim, eu não vou por essa vertente. Mas no Projeto, só para que não haja nenhuma sombra de dúvida, e é até elogável porque está aqui, dizendo no artigo sétimo: 'fica vedada a participação dos agentes políticos e públicos e servidores municipais: prefeito, vice, secretários municipais, secretário executivo, superintendente, procurador geral, membro do poder legislativo do município de Patos, diretor de administração tributária e tudo mais, pra que justamente não haja essa dúvida. Só acho esse avanço. Mas, nesse sentido, Sales, se pudesse dialogar, só pra refazer. Eu acho que está ceifando. Aqui incentiva. Eu vou e ganho, pago, e muita gente, a bem da verdade, não tem mais esperança, e o dinheiro do IPTU voltar em obras, que volta, volta. O IPTU

volta, o dinheiro volta. Não vamos dizer que o IPTU é pago e que não volta nada, Ferré, em obras pra o município, que volta. Se não voltar, é apropriação indébita, o Prefeito pode ser preso. Mas eu nunca vi isso. A gente pode fazer a nossa cobrança, mas no nosso grau de responsabilidade, o dinheiro do IPTU ajuda a pagar a folha, complementa, paga obras. Enfim, eu só acho que poderia melhorar o Projeto somente com essa supressão, somente nesse inciso, que ceifa a participação. Eu pago o IPTU, incentivo pra ganhar um prêmio, aí porque deve alguma coisa ao município, eu posso ganhar? Enfim, essa contribuição. Obrigado, Presidente.” Com a palavra, o **Vereador José Gonçalves** disse: “Veja bem, Vereador Jamerson, tem aqui: ‘o ganhador para receber o prêmio, deverá apresentar a certidão negativa de débitos municipais, obedecido o prazo previsto no inciso I do presente artigo’, que dá noventa dias. Então é prejudicial, não tem o que está discutindo. Você já concorre porque você está em dia, aí você é sorteado e vai ter um prazo de noventa dias, aí está difícil. É só isso.” Com a palavra, o Vereador Sales Júnior disse: “Projeto, os dois pontos que Jamerson levantou aqui, o primeiro, eu ligava pra Marquinho aqui, a respeito da premiação, todas elas são compradas por meio de premiação. Quem quiser cópia, ele até falava, de toda documentação da licitação está à disposição na Secretaria de Administração, é só solicitar que eles disponibilizam. A modalidade de comprar esses prêmios é por meio de licitação. A segundo, o Projeto trata justamente de incentivar a arrecadação do município, por meio do IPTU, em contrapartida tem a premiação. Marquinho me explicava aqui, se você paga o IPTU do ano, você já concorre ao prêmio. Você não é obrigado a pagar tudo que você deve pra você poder concorrer, você paga o do ano e recebe o comprovante, você coloca lá urna, acontecendo de ser sorteado, aí sim, eles exigem a certidão negativa de débitos. Por exemplo, se você tem um ano de débito atrasado, você coloca em dia. O Projeto trata justamente disso, de incentivar arrecadação, você ganhou um carro, você ganhou uma moto, você ganhou uma geladeira, porque os prêmios hoje se você for observar, tem é Severino, que mora um quarteirão antes da minha casa, ele ganhou uma POP, o ano passado. Então, se ele tinha algum IPTU atrasado, ele deve ter pago pra poder receber. Então, assim, duzentos reais, trezentos reais, pra um prêmio de cinco, seis, sessenta mil reais, ninguém sabe por conta do prêmio, então o projeto ele trata disso, de você incentivar a arrecadação do município, promover isso. Então, repito, pra você concorrer aos prêmios, você não precisa estar cem por cento em dias, com todo o município, mas pra você receber sim, porque é justamente pra incentivar. Obrigado.” Com a palavra, o **Vereador Josmá Oliveira** disse: “A colocação que o colega Jamerson fez é uma colocação pertinente. E eu acho que o nome do Projeto deveria ser: programa fique em dia premiado. Eu vou dar um exemplo aqui, o cidadão tem vários imóveis, aí para quatro imóveis, pega os quatro cupons, então está concorrendo lá. Aí tem um imóvel que tem um problema na justiça, um imbróglio, suponhamos, por isso não o IPTU. Então, no caso, será prejudicado, se ganhar não vai receber. Aí já inibe. E na minha visão empreendedora, se o povo souber que é assim, o povo não vai querer pagar. Eu acho que deveria ser suprimido esse artigo ou mudar o nome: ‘fique em dia com o município de Patos, que você concorre a prêmios’. Eu acho que seria mais objetivo. Mas só esse ponto, o ponto é pertinente, do colega Jamerson. E o outro artigo que for adicionado, pra evitar que pessoas influentes no município, ligadas ao município, a gestão etc., até vereadores, é muito bem colocado, tirando esse ponto. Eu vou votar contra. Obrigado.” Com a palavra, o **Vereador Italo Gomes** disse: “Ouvindo atentamente a discussão dos colegas, eu acho que são discussões desse nível que fazem com que o poder legislativo da cidade de Patos tenha uma qualidade em suas discussões. Mas eu quero aqui fazer uma complementação, um adendo à fala do Vereador Sales, quando o vereador diz o intuito



desse Projeto é realmente aumentar a arrecadação para que as pessoas tenham incentivos em cumprir com suas obrigações junto ao município. Dizer aos nobres parlamentares que as obrigações dos cidadãos junto ao município, com relação a contribuição, principalmente de IPTU e outros tributos, independe da questão de incentivo ou não, é compulsória, é obrigatório o pagamento dos tributos. Esse Projeto, o IPTU premiado, e eu vejo com muito bons olhos, e nos últimos dois anos nós pudemos aqui assistir, inclusive nesta Casa teve uma servidora que foi premiada com o prêmio de IPTU premiado, cumpriu com suas obrigações junto ao município. E é lógico, senhores, o Projeto versa sobre o IPTU anual, o cidadão vai até à Prefeitura emite o seu IPTU ou o IPTU chega à sua casa, e ele efetua o pagamento. Quando ele efetua esse pagamento, ele já está podendo concorrer ao IPTU premiado, recebendo o seu cupom, porém, para receber o prêmio, ele precisa estar em dia com o município. Como o município, por exemplo, coloca lá para premiar um carro, e o sorteado recebe um carro, mas ele tem uma dívida junto ao município, de dois mil reais, então a Prefeitura não como fazer a entrega desse automóvel a um contribuinte que tenha débito junto ao município, e ele está como devedor de tributos. Então, eu acho que é um incentivo, que esse Projeto traz para o contribuinte da cidade Patos, para o cidadão que cumpre com suas obrigações junto ao ente, o incentivo realmente de chegar lá e dizer: 'eu que é uma obrigação, então nós vamos cumprir, mesmo diante que Prefeitura já tem, por obrigação, de fazer esse IPTU voltar em benefício do cidadão, mas a gente vai cumprir com nossas obrigações', e também vai estar concorrendo a prêmios pra ter uma renda extra. Então, eu acho que é um projeto oportuno e acredito que esta Casa, mais uma vez, vai aprovar esse Projeto trazer, para a cidade de Patos e para o cidadão patoense, essa oportunidade. Muito obrigado, Senhora Presidente." Colocado em votação, o referido Projeto de Lei obteve 07 (sete) votos sim, 01 (um) voto não e 03 (três) abstenções, sendo, portanto, aprovado em primeira votação. A Senhora Presidente colocou em discussão e votação, os Requerimentos do Nº 517/2024 ao Requerimento Nº 521/2024, os quais foram aprovados, por unanimidade. O Vereador Italo Gomes subscreveu os dois requerimentos de autoria da Vereadora Nadigerlane Rodrigues, que não se encontrava presente, e a Vereadora Maria de Fátima subscreveu os Requerimentos do Vereador Fernando Rodrigues, que também não se encontrava presente. Em seguida, a Senhora Presidente passou à EXPLICAÇÃO PESSOAL, porém os Vereadores não fizeram uso da mesma. Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente sessão, às dezenove horas e trinta e nove minutos, convidando a todos para a próxima Sessão Ordinária, que acontecerá no dia 30 (trinta) de abril do ano corrente, às dezoito horas.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 25 DE ABRIL DE 2024.

  
 VALTIDE PAULINO SANTOS  
 Presidente

  
 EMANUEL RODRIGUES DE ARAÚJO  
 1º Secretário